

Projeto de Lei nº 4626, de 2020

Autoria: Câmara dos Deputados**Iniciativa:** Deputado Federal Helio Lopes (PSL/RJ)**Ementa:**

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso.

Explicação da Ementa:

Aumenta as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, previstos no Código Penal, e do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso, previsto no Estatuto do Idoso, e exclui a competência dos Juizados Especiais e a possibilidade de transação penal nos crimes previstos no Estatuto do Idoso e em quaisquer crimes praticados com violência contra o idoso.

Assunto: Política Social - Proteção Social**Data de Leitura:** 28/04/2021**Em tramitação**

Decisão:	-	Último local:	14/06/2024 - Plenário do Senado Federal (Secretaria Legislativa do Senado Federal)
Destino:	-	Último estado:	14/06/2024 - PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Despacho:**29/04/2021****Decisão da Presidência****Ao Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7,**

(SF-PLEN) Plenário do Senado Federal

28/03/2023**Leitura da Matéria****Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria**

(SF-CDH) Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:**CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)****Relator(es):**

Senador Carlos Viana (encerrado em 05/06/2024 - Deliberação da matéria)

CDH - (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)**Relator(es):**

Senadora Soraya Thronicke (encerrado em 07/07/2023 - Deliberação da matéria)

PLEN - (Plenário do Senado Federal)**Relator(es):**

Senador Marcos Rogério (encerrado em 21/12/2022 - Fim de Legislação)

TRAMITAÇÃO**17/06/2024** PLEN - Plenário do Senado Federal**Ação:** Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único.

TRAMITAÇÃO

14/06/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Ação: Encerrou-se em 13 de junho o prazo para apresentação de emendas ao Projeto. Não foram apresentadas emendas. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente

Publicado no DSF Páginas 55 - DSF nº 89

05/06/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas a projeto que obteve parecer favorável da Comissão (Art. 235, II, "d", do RISF). De 07/06/2024 a 13/06/2024. Perante a Mesa.

05/06/2024 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS PERANTE A MESA

Ação: Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno do Senado.

05/06/2024 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encerrada a relatoria do Senador Carlos Viana por deliberação da matéria. À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

05/06/2024 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 17ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Carlos Viana, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

Publicado no DSF Páginas 355-362 - DSF nº 82

Publicado no DSF Páginas 363 - DSF nº 82

15/04/2024 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

26/03/2024 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido Relatório do Senador Carlos Viana, com voto favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

08/03/2024 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Carlos Viana, para emitir relatório.

TRAMITAÇÃO

28/09/2023 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando distribuição.

07/07/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação: Encerrada a relatoria da Senadora Soraya Thronicke por deliberação da matéria.
À CCJ para prosseguimento da tramitação.

07/07/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Na 49ª Reunião, Extraordinária, realizada no dia 05/07/2023, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela aprovação do Projeto.

Publicado no DSF Páginas 110-116 - DSF nº 113

03/07/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 49ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 05/07/2023.

26/06/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório da Senadora Soraya Thronicke com voto favorável ao Projeto.

19/04/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído à Senadora Soraya Thronicke, para emitir relatório.

29/03/2023 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido na CDH.
Matéria aguardando distribuição.

28/03/2023 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Às CDH e CCJ.

Publicado no DSF Páginas 112-115 - DSF nº 43

21/12/2022 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

TRAMITAÇÃO

12/08/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Juntada à página oficial da matéria a cópia eletrônica do Of. Circ. nº 206/2021, da Câmara Municipal de São Marcos-RS.

22/06/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Recebido o Relatório do Senador Marcos Rogério.

29/04/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Designado Senador Marcos Rogério Relator de Plenário.

28/04/2021 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à publicação, em 28/04/2021.

Publicado no DSF Páginas 291-296 - DSF nº 60

DOCUMENTOS

PL 4626/2020

Data: 15/04/2021

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso.

Avulso inicial da matéria

Data: 28/04/2021

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação, em 28/04/2021.

Descrição/Ementa: -

Relatório Legislativo

Data: 22/06/2021

Autor: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Recebido o Relatório do Senador Marcos Rogério.

Descrição/Ementa: Relatório do PL 4626/2020.

Ofício

Data: 12/08/2021

DOCUMENTOS

Autor: Cidadão Câmara Municipal de São Marcos-RS

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Juntada à página oficial da matéria a cópia eletrônica do Of. Circ. nº 206/2021, da Câmara Municipal de São Marcos-RS.

Descrição/Ementa: Of. Circ. nº 206/2021, da Câmara Municipal de São Marcos-RS.

Relatório Legislativo

Data: 26/06/2023

Autor: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Projeto para aumenta penas para maus tratos e abandono de incapaz

Listagem ou relatório

Data: 07/07/2023

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 49ª Reunião CDH

P.S 58/2023 - CDH

Data: 07/07/2023

Autor: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Ação Legislativa: Na 49ª Reunião, Extraordinária, realizada no dia 05/07/2023, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH pela aprovação do Projeto.

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 49ª Reunião CDH

Relatório Legislativo

Data: 26/03/2024

Autor: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido Relatório do Senador Carlos Viana, com voto favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 4626, de 2020, que Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso.

Listagem ou relatório

Data: 05/06/2024

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 17ª Reunião CCJ

P.S 48/2024 - CCJ

Data: 05/06/2024

DOCUMENTOS

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG), Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 17ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Carlos Viana, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CCJ e nº 2-CCJ.

Descrição/Ementa: Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei nº 4626, de 2020, que Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar as penas dos crimes de abandono de incapaz e de maus-tratos, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para modificar as penas do crime de exposição a perigo da saúde e da integridade física ou psíquica do idoso.